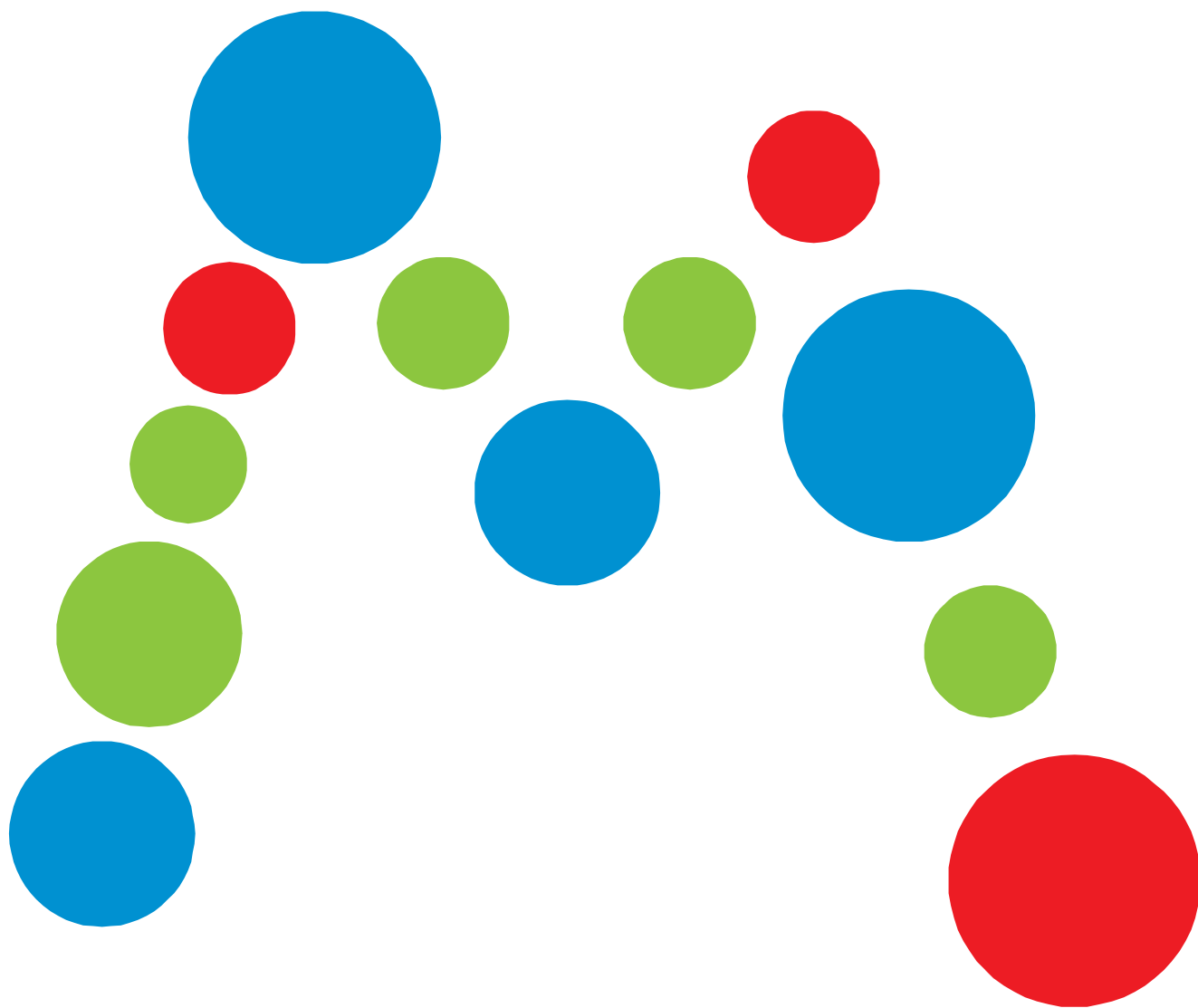


Mercados

informação global



África do Sul Ficha de Mercado

Maio 2009



aicep Portugal Global

Índice

1. País em Ficha	03
2. Economia	04
2.1 Situação Económica e Perspectivas	04
2.2 Comércio Internacional	06
2.3 Investimento	09
2.4 Turismo	10
3. Relações Económicas com Portugal	11
3.1 Comércio	11
3.2 Serviços	15
3.3 Investimento	15
4. Relações Internacionais e Regionais	16
5. Condições Legais de Acesso ao Mercado	18
5.1 Regime de Importação	18
5.2 Regime de Investimento Estrangeiro	19
5.3 Quadro Legal	20
6. Informações Úteis	21
7. Endereços Diversos	23
8. Fontes de Informação	26
8.1 Informação Online aicep Portugal Global	26
8.2 Endereços de Internet	28

1. País em Ficha

Área:	1.219.090 km ²
População:	48,7 milhões de habitantes (2008, estimativa da <i>Statistics South Africa</i>)
Densidade populacional:	39,9 hab./km ² (2008)
Designação oficial:	República da África do Sul
Chefe do Estado e do Governo:	Jacob Zuma (tomou posse em 9 de Maio de 2009)
Data da actual Constituição:	4 de Fevereiro de 1997
Principais Partidos Políticos:	Congresso Nacional Africano (ANC), partido no poder, com o apoio do pequeno Partido Comunista da África do Sul (SACP) e do Congresso dos Sindicatos Sul-Africanos (COSATU); outros partidos incluem o Congresso do Povo (Cope, recentemente formado por antigos membros do ANC), a Aliança Democrática (DA), o Partido da Liberdade (Inkhata ou IFP) e partido dos Democratas Independentes (ID). As próximas eleições estão previstas para Abril de 2014
Capital:	Pretoria/Tshwane - 2 milhões de habitantes em 2001 (área metropolitana)
Outras cidades importantes:	Johannesburg (3,2 milhões); Durban (3,1 milhões); Cape Town (2,9 milhões)
Religião:	Mais de 70% da população professa a religião cristã (essencialmente protestante). Outras religiões com alguma representatividade, para além das étnicas tradicionais seguidas por cerca de 15% da população, são a muçulmana e a hindu
Língua:	Existem diversas línguas oficiais, com destaque para o inglês e o <i>africânder</i> e outras de raiz local
Unidade monetária:	Rand (ZAR) 1 EUR = 12,14 ZAR; 1 USD = 8,26 ZAR (média de 2008)
Risco País:	Risco geral - BB (AAA = risco menor; D = risco maior) Risco político - BBB Risco da estrutura económica - BB (EIU – Abril 2009)
Ranking em negócios:	Índice - 6,05 (10 = máximo) Ranking geral - 51 (entre 82 países) (EIU – Abril 2009)
Risco de crédito:	3 (1 = risco menor; 7 = risco maior) (COSEC – Maio 2009)
Grau da abertura e dimensão relativa do mercado:	Exp. + Imp. / PIB = 55,6% (2007) Imp. / PIB = 28,8% (2007) Imp. / Imp. Mundial = 0,64% (2007)

Fontes: The Economist Intelligence Unit (EIU)
OMC; COSEC e Banco de Portugal

2. Economia

2.1 Situação Económica e Perspectivas

Com um produto interno bruto (PIB) de 276,5 mil milhões de USD, a economia da África do Sul é a maior e a mais sofisticada do continente africano, representando cerca de 17% do PIB total de África. Trata-se de uma economia emergente, de rendimento médio, com abundantes recursos naturais, detentora de um desenvolvido sistema financeiro e legal, de uma razoável rede de infra-estruturas e de um sistema de comunicações e de transportes que permitem uma eficiente distribuição de bens e serviços.

Depois de vários anos em que a economia sul-africana evidenciou um comportamento bastante positivo, com taxas de crescimento superiores a 5% (sustentadas sobretudo pelo forte dinamismo da procura interna), o desempenho em 2008 sofreu um significativo abrandamento, com a taxa de crescimento do PIB a fixar-se em 3,1%¹. De facto, a actividade económica foi afectada por problemas relacionados com o abastecimento de energia (cujos cortes afectaram particularmente a produção mineira e outras indústrias de forte consumo de energia), pelo agravamento dos preços dos combustíveis e dos géneros alimentares ao longo do primeiro semestre do ano, pelo abrandamento do consumo privado e pelo declínio do investimento estrangeiro na sequência da crise económica e financeira mundial.

Para 2009, e pela primeira vez desde há dezassete anos, as projecções da *Economist Intelligence Unit* (EIU) apontam para uma contracção do PIB da ordem de 1,8%, em consequência da diminuição da procura e da descida dos preços das *commodities* (à excepção do ouro), que têm um peso significativo na estrutura das exportações sul-africanas². No entanto, a deterioração dos níveis de confiança dos agentes económicos, poderá ter um impacto ainda mais negativo na economia do país. A organização do campeonato mundial de futebol e a provável recuperação da economia internacional deverão estimular o crescimento económico, prevendo-se que ultrapasse os 3% em 2010 e 2011.

A taxa de inflação, medida pelo novo índice de preços ao consumidor (CPI), registou uma acentuada subida em 2008, fixando-se em 11,3% (4,6% e 6,5% em 2006 e 2007, respectivamente). Este agravamento deveu-se sobretudo ao forte aumento do preço do petróleo e dos bens alimentares e ao ajustamento verificado em várias categorias do CPI, nomeadamente em termos de serviços, que passaram a ter um peso muito maior na estrutura do índice de preços ao consumidor. Também o acréscimo em mais de 20% dos preços regulamentados, os aumentos salariais e a depreciação do rand, contribuíram para a pressão inflacionista. Para o corrente ano, fruto da descida do preço dos combustíveis e dos produtos alimentares, bem como da queda da procura, a EIU prevê uma taxa de inflação da ordem dos 6%.

¹ Em 2008, o crescimento do PIB em África atingiu 5,7% (6,1% e 2007).

² Desde Agosto de 2008, o preço do aço já sofreu reduções da ordem dos 55-60% e deverá continuar a sua trajectória descendente em virtude do abrandamento económico mundial e da apreciação do Rand. Também o preço da platina, principal exportação do país, caiu cerca de 60% entre Março de 2008 e Janeiro de 2009.

Principais Indicadores Macroeconómicos

	Unidade	2006 ^a	2007 ^a	2008 ^b	2009 ^c	2010 ^c	2011 ^c
População	Milhões	47,9 ^b	48,4 ^b	48,8	49,1	49,1	49,0
PIB a preços de mercado	10 ⁹ ZAR	1.745,2	1.999,1	2.283,8	2.434,9	2.565,9	2.748,4
PIB a preços de mercado	10 ⁹ USD	258,0	283,7	276,5	231,9	221,2	255,7
PIB <i>per capita</i>	USD	5.383	5.865	5.669	4.727	4.504	5.217
Crescimento real do PIB	%	5,3	5,1	3,1	-1,8	3,1	3,6
Consumo privado	Var. %	8,3	6,6	2,3	-1,8	3,5	4,8
Consumo público	Var. %	5,1	4,8	5,0	5,5	5,1	4,8
Formação bruta de capital fixo	Var. %	13,2	16,3	10,2	-5,7	4,1	4,2
Taxa de inflação (média)	%	4,6	6,5	11,3 ^a	6,0	5,4	5,0
Taxa de desemprego (média)	%	23,9	23,3	22,9	24,5	22,6	22,2
Saldo do sector público	% do PIB	0,6	0,1	-1,1	-4,0	-3,5	-2,4
Balança corrente	10 ⁹ USD	-16,1	-20,8	-20,5	-12,7	-11,7	-14,4
Balança corrente	% do PIB	-6,2	-7,3	-7,4	-5,5	-5,3	-5,6
Dívida externa	10 ⁹ USD	13,8	14,0	15,4	16,2	17,4	15,1
Taxa de câmbio – média	1USD=xZAR	6,76	7,05	8,26	10,50	11,60	10,75
Taxa de câmbio – média	1EUR=xZAR	8,49	9,64	12,14	13,86	16,07	15,21

Fontes: The Economist Intelligence Unit (EIU)

Notas: (a) Valores efectivos
(b) Estimativas
(c) Previsões
ZAR – Rand

De salientar que o quadro de referência para a política económica do país, designado por Iniciativa de Crescimento Acelerado e Partilhado para a África do Sul (ASGISA) e lançado em 2006, aponta para o mínimo de uma taxa média de crescimento de 6% ao ano, no período de 2010 a 2014, como passo necessário à redução para metade dos actuais níveis de pobreza e de desemprego (22,9% em 2008), até 2014. Para tal, é posto o acento tónico na construção de infra-estruturas, no desenvolvimento industrial, na qualificação da mão-de-obra, na aceleração da reforma agrária e na redução da criminalidade.

O novo Governo saído das eleições de 22 de Abril p.p. não deverá introduzir mudanças substanciais na política económica que, durante o corrente ano, continuará focada em conter o impacto da crise, apostando na implementação de medidas de estímulo à economia. Os planos de investimento em infra-estruturas³ e em programas sociais constituirão a base do relançamento económico do novo Executivo.

O programa de emancipação económica dos Negros (*Black Economic Empowerment – BEE*), lançado após a abolição do *apartheid*, e a necessidade da sua revisão permanecerão temas centrais do debate

³ O anterior Governo lançou um ambicioso plano de desenvolvimento de infra-estruturas no montante de 56,8 mil milhões de USD até 2010, para fazer face à realização do campeonato do mundo de futebol e às necessidades de investimento no sector da energia (aposta nas energias renováveis, reforço da rede de distribuição, apoio a produtores independentes, entre outras medidas).

político-económico nos próximos anos. Contudo, é de prever que as possíveis mudanças que desses processos venham a decorrer não alterem substancialmente a realidade da economia da África do Sul, cujas potencialidades são evidentes.

2.2 Comércio Internacional

A África do Sul assume um lugar de alguma relevância no comércio mundial, ocupando, em 2007, a 38ª posição do *ranking* de exportadores, com uma quota de 0,50% e a 33ª enquanto importador, com uma quota de 0,64%.

A balança comercial, que se manteve próxima do equilíbrio até 2005, registou um acentuado agravamento do défice no ano seguinte⁴, verificando-se uma inversão desta tendência a partir de 2007. Entre 2004 e 2008, as exportações do país registaram uma evolução média anual da ordem de 15,6 %, enquanto as importações tiveram um crescimento de 17%.

Em 2008, estima-se que as exportações tenham atingido 86,1 mil milhões de dólares, mas segundo as projecções da *Economist Intelligence Unit* é expectável que em 2009 se verifique um decréscimo da ordem dos 22%, em consequência de uma queda da procura nos principais mercados de exportação e da descida dos preços de algumas *commodities* com um peso relevante na economia sul-africana.

No que se refere às importações, que ascenderam a cerca de 90,5 mil milhões de dólares em 2008, as previsões apontam para um decréscimo acentuado em 2009 (-24% face ao ano anterior), em linha com o período de contracção económica que o país atravessa, embora a procura de bens de investimento continue robusta. Tanto as importações como as exportações deverão registar uma modesta recuperação em 2010, na sequência das expectativas de crescimento da economia sul-africana e mundial.

Evolução da balança comercial

(10 ⁹ USD)	2004	2005	2006	2007	2008 ^a
Exportação fob	48,2	55,3	64,2	75,9	86,1
Importação fob	48,5	56,3	70,0	81,7	90,5
Saldo	-0,3	-1,0	-5,9	-5,7	-4,4
Coeficiente de cobertura (%)	99,4	98,2	91,7	92,9	95,1
Posição no "ranking" mundial					
Como exportador	37 ^a	39 ^a	40 ^a	38 ^a	n.d.
Como importador	35 ^a	34 ^a	33 ^a	33 ^a	n.d.

Fontes: The Economist Intelligence Unit (EIU) e Organização Mundial de Comércio (OMC)

Notas: (a) Estimativas

n.d. – não disponível

⁴ Em 2006, as importações registaram um aumento superior a 24% face ao ano anterior, em virtude do forte aumento da procura interna e dos preços do petróleo.

Quando se analisam os destinos das exportações sul-africanas destacam-se os EUA (10,2% do total em 2008) e o Japão (10%) como principais mercados, seguindo-se a Alemanha, Reino Unido, China e Holanda. Em 2008, este conjunto de países representou 43,3% das exportações totais (44,9% em 2007).

A União Europeia (UE27), no seu conjunto, representou 29,5% das exportações em 2008 (o que se traduziu num crescimento de 12,3% face a 2007), destacando-se como principais clientes, para além dos já citados, a Bélgica, Espanha, Itália e França.

Portugal ocupou o 39º lugar do *ranking* de clientes, em 2008, com uma quota de mercado de 0,48%, sendo que no ano anterior detinha uma quota de 0,32%. No contexto da UE, Portugal posicionou-se em 10º lugar.

Principais Clientes

Mercado	2006		2007		2008	
	Quota (%)	Posição	Quota (%)	Posição	Quota (%)	Posição
Estados Unidos da América	10,4	2ª	10,7	1ª	10,2	1ª
Japão	10,5	1ª	10,3	2ª	10,0	2ª
Alemanha	6,8	4ª	7,2	3ª	7,3	3ª
Reino Unido	8,0	3ª	7,0	4ª	6,1	4ª
China	3,5	6ª	5,7	5ª	5,6	5ª
Holanda	4,6	5ª	4,0	6ª	4,1	6ª

Fonte: World Trade Atlas

Como principais fornecedores da África do Sul destacam-se a Alemanha (11,2% do total das importações) e a China (11%), a que se seguem os EUA, Arábia Saudita, Japão e Reino Unido. Este grupo de países foi responsável por cerca de 46% das importações sul-africanas nos dois últimos anos. Saliente-se, no entanto, que enquanto a China vem ganhando terreno, a Alemanha tem vindo a perder quota de mercado ao longo dos últimos anos.

A União Europeia (UE27), no seu conjunto, representou 31,3% das importações em 2008 (o que se traduziu num crescimento de 13,9% face a 2007), destacando-se como principais fornecedores, para além da Alemanha e do Reino Unido, a França, a Itália e a Suécia.

Portugal ocupa uma posição muito modesta como fornecedor, verificando-se mesmo uma perda significativa de quota de mercado entre 2007 e 2008, passando de 0,18% para 0,14% (62ª posição no *ranking*). No âmbito da UE, Portugal posicionou-se em 17º lugar.

Principais Fornecedores

Mercado	2006		2007		2008	
	Quota (%)	Posição	Quota (%)	Posição	Quota (%)	Posição
Alemanha	12,5	1 ^a	11,7	1 ^o	11,2	1 ^a
China	10,0	2 ^a	10,7	2 ^a	11,0	2 ^a
Estados Unidos da América	7,6	3 ^a	7,7	3 ^a	7,8	3 ^a
Arábia Saudita	5,3	5 ^a	4,5	6 ^a	6,2	4 ^a
Japão	6,6	4 ^a	6,6	4 ^a	5,5	5 ^a
Reino Unido	5,0	6 ^a	4,8	5 ^a	4,6	6 ^a

Fonte: World Trade Atlas

Quanto à estrutura das exportações sul-africanas, é de salientar a sua elevada concentração em pedras e metais preciosos (cerca de 23% do total em 2008), nomeadamente platina (12,2%), ouro (7%) e diamantes (2,9%), o que deixa a balança comercial do país muito vulnerável à flutuação dos preços internacionais destes produtos. Destacam-se ainda o ferro e aço (11,8%), veículos automóveis e partes (9,3%), minérios (9,1%), combustíveis (9%) e máquinas e aparelhos mecânicos (7,9%).

Os seis principais produtos exportados representaram cerca 70% das exportações da África do Sul nos últimos dois anos e todos registaram uma evolução muito positiva em 2008 face ao ano anterior: minérios – 90%; veículos automóveis – 64%; ferro e aço – 46%; combustíveis – 31%; máquinas e aparelhos mecânicos – 26% e pedras e metais preciosos – 13%.

Por outro lado, as importações são constituídas fundamentalmente por combustíveis e óleos minerais (21,8% em 2008) e por máquinas e equipamentos mecânicos e eléctricos (25%). Seguem-se, por ordem decrescente de representatividade, os veículos automóveis (7,3%), conjuntos industriais (6,5%) e pedras e metais preciosos (3,4%).

Este conjunto de produtos foi responsável por 64% das importações totais em 2008 (63% em 2007) e, à excepção dos veículos automóveis e partes (-4%), todos os restantes produtos registaram fortes aumentos relativamente ao ano anterior: pedras e metais preciosos – 185%; combustíveis – 55%; máquinas e equipamentos eléctricos – 33%; máquinas e equipamentos mecânicos - 27% e conjuntos industriais – 19%.

Principais Produtos Transaccionados – 2008

Exportações	% Total	Importações	% Total
71 – Pedras preciosas e metais preciosos	22,9	27 – Combustíveis e óleos minerais	21,8
72 – Ferro fundido, ferro e aço	11,8	84 – Máquinas e equipamentos mecânicos	15,4
87 – Veículos automóveis e partes	9,3	85 – Máquinas e equipamentos eléctricos	9,6
26 – Minérios, escórias e cinzas	9,1	87 – Veículos automóveis e partes	7,3
27 – Combustíveis e óleos minerais	9,0	98 – Conjuntos industriais*	6,5
84 – Máquinas e equipamentos mecânicos	7,9	71 – Pedras preciosas e metais preciosos	3,4

Fonte: World Trade Atlas

Nota: (*) De acordo com o regulamento CEE nº 518/79 da Comissão

2.3 Investimento

A participação sul-africana no conjunto dos fluxos mundiais de investimento tem sido inferior à que detém no comércio mundial de mercadorias. Em 2007 não foi além da 46ª posição enquanto receptor de investimento mundial e da 42ª posição enquanto emissor de investimento.

O país continua muito dependente de fluxos de capitais mobiliários, de elevada volatilidade, e regista menos sucesso que outras economias emergentes em termos de captação de investimento directo estrangeiro (IDE), o qual representa cerca de 20% do total dos fluxos financeiros, 2,2% do PIB e 9,5% da formação bruta de capital fixo.

De acordo com o *World Investment Report* publicado pela UNCTAD, verificam-se flutuações muito acentuadas dos fluxos de IDE ao longo dos últimos anos, sendo de assinalar, pela positiva, a captação de 6,6 mil milhões de USD em 2005 e de 5,7 mil milhões de USD em 2007 (0,3% do total mundial), em larga medida devido a participações de bancos estrangeiros em bancos nacionais (ABSA e Standard Bank). Em 2006 verificou-se um investimento líquido negativo (-527 milhões de euros), fruto do desinvestimento efectuado nas minas de ouro (South Deep Mine e Gold Field) por parte da Canada's Barrick e da Rússia's Polyus.

Dados recentes da EIU revelam que o *stock* de IDE atingiu 110,4 mil milhões de USD em 2007, correspondente a 39% do PIB, estimando-se que tenha alcançado 116,5 mil milhões de USD em 2008. De facto, em 2008 os fluxos de IDE deverão ter aumentado devido à venda da Vodacom, segundo operador móvel mais importante, ao operador britânico Vodafone.

O investimento directo da África do Sul no estrangeiro assumiu valores mais expressivos ao longo dos últimos anos, tendo atingido 6,7 e 3,7 mil milhões de dólares em 2006 e 2007 respectivamente (0,2% do total mundial). A grande maioria dos fluxos de investimento dirige-se para o continente Africano.

Investimento Directo

(10 ⁶ USD)	2003	2004	2005	2006	2007
Investimento estrangeiro na África do Sul	734	799	6.644	-527	5.692
Investimento da África do Sul no estrangeiro	565	1.352	930	6.725	3.727
Posição no “ranking” mundial					
Como receptor	68 ^a	74 ^a	33 ^a	216 ^a	46 ^a
Como emissor	42 ^a	38 ^a	48 ^a	32 ^a	42 ^a

Fonte: UN Conference on Trade and Development (UNCTAD)

Assentando nos princípios da economia de mercado, da livre iniciativa e da propriedade privada dos meios de produção, a economia sul-africana é considerada *business friendly*, existindo um ambiente favorável ao investimento estrangeiro que pode beneficiar de incentivos específicos desde que corresponda ao interesse económico da região e envolva parcerias com empresas locais.

Segundo os índices “Doing Business 2009” do Banco Mundial, a África do Sul situa-se na 32^a posição a nível mundial, o que corresponde a uma melhoria face a 2008, em que ocupava o 35^o lugar. Se é um facto que subsistem situações de monopólio público nos sectores dos transportes e da energia, o sector das telecomunicações foi recentemente liberalizado, estando em desenvolvimento um processo de aperfeiçoamento da livre concorrência.

2.4 Turismo

O sector do turismo vem assumindo uma importância crescente na economia sul-africana e representa actualmente 8% do PIB e emprega 1,2 milhões de pessoas. Os dados mais recentes indicam que, em 2007, visitaram o país cerca de 9,1 milhões de turistas, o que representou um acréscimo de 8,3% face ao ano anterior. Em termos de receitas, que totalizaram 8,4 mil milhões de USD, verificou-se um aumento de 11,2% relativamente a 2006.

Dada a sua situação geográfica descentrada, relativamente aos grandes emissores mundiais de turismo, é natural que a origem dos turistas que visitam a África do Sul esteja concentrada nos países da região, designadamente Lesotho, Suazilândia, Botswana, Moçambique, Zimbabwe, Namíbia e Zâmbia. Fora do continente Africano, que representa 70% da emissão de turistas, apenas a Alemanha, o Reino Unido, os EUA e a Holanda assumem alguma relevância como mercados emissores.

Em termos de perspectivas, é de prever que a realização do campeonato mundial de futebol em 2010 venha a constituir um factor decisivo para que o sector conheça um novo impulso, já que as potencialidades do país neste domínio são sobejamente conhecidas: clima agradável, boas praias, montanhas, reservas de vida selvagem e boas condições para a prática de desportos.

Turismo na África do Sul

	2003	2004	2005	2006	2007
Turistas (milhões)	6,51	6,68	7,37	8,40	9,10
Receitas (10 ⁶ USD) ^b	5 571	6 322	7 335	7 876	8.418

Fontes: WTO – World Tourism Organisation

Notas: (a) Dormidas de estrangeiros na hotelaria global

(b) Não inclui as receitas de transporte

3. Relações Económicas com Portugal

3.1 Comércio

A África do Sul tem um peso reduzido no comércio externo português, sobretudo enquanto cliente. Em 2008, o país posicionou-se como 38º cliente de Portugal (regrediu seis lugares face a 2004), absorvendo 0,2% do total das exportações, e como 29º fornecedor, representando cerca de 0,5% das importações.

Enquanto cliente de Portugal e no contexto do continente Africano, a África do Sul ocupa a 7ª posição, atrás dos seguintes países: Angola (4ª posição), Marrocos (17ª), Cabo Verde (18ª), Argélia (28ª) Moçambique (35ª) e Nigéria (36ª).

Para o comércio internacional da África do Sul e segundo as estatísticas do *World Trade Atlas* relativas a 2008, a importância de Portugal, enquanto cliente e fornecedor, é também reduzida (39ª e 62ª posição, respectivamente), com quotas de 0,5% ao nível das exportações, e de 0,1% no que se refere às importações.

Importância da África do Sul nos Fluxos Comerciais de Portugal

		2004	2005	2006	2007	2008
Como cliente	Posição	32 ^a	34 ^a	34 ^a	36 ^a	38 ^a
	%	0,23	0,23	0,23	0,23	0,20
Como fornecedor	Posição	28 ^a	28 ^a	35 ^a	31 ^a	29 ^a
	%	0,44	0,52	0,38	0,48	0,54

Fonte: INE - Instituto Nacional de Estatística

Segundo dados do Instituto Nacional de Estatística (INE), verifica-se que ao longo dos últimos cinco anos, as exportações portuguesas para a África do Sul tiveram uma evolução positiva, traduzida numa taxa de crescimento médio anual de 3%. É de salientar que até 2007 as exportações portuguesas para o mercado registaram uma tendência de crescimento, mas em 2008 verificou-se uma descida de 12% relativamente ao ano anterior. No último ano, as exportações não foram além de 77,4 milhões de euros.

Por outro lado, o valor das importações provenientes da África do Sul ao longo do período 2004-2008, revelaram um crescimento médio anual de 15%. Em 2008, o montante das importações foi de 332,9 milhões de euros, o que representou um acréscimo 22,6% face ao ano anterior.

O saldo da balança comercial bilateral é tradicionalmente desfavorável a Portugal, tendo-se verificado um acentuado agravamento nos últimos dois anos. Em 2008 o valor do défice atingiu cerca de 255,5 milhões de euros, o que se traduziu numa subida de 39% relativamente a 2007.

Evolução da Balança Comercial Bilateral

(10 ³ EUR)	2004	2005	2006	2007	2008	Varição ^a
Exportações	70.110	70.333	78.108	87.688	77.418	3,0%
Importações	204.395	256.759	201.744	271.462	332.889	15,3%
Saldo	-134.285	-186.426	-123.635	-183.775	-255.471	
Coef. Cobertura (%)	34	27	39	32	23	

Fonte: INE - Instituto Nacional de Estatística

Notas: (a) Média aritmética das taxas de crescimento anuais no período 2004-2008

No primeiro trimestre do corrente ano continuou a registar-se uma tendência de decréscimo das exportações portuguesas para o mercado sul-africano (-45,9% face ao período homólogo de 2008), verificando-se igualmente uma queda das importações (-15,3%).

Na composição das exportações portuguesas para a África do Sul, destacam-se nas primeiras posições as máquinas e aparelhos (22,9%), os produtos de madeira e cortiça (16,6%), os produtos de plástico e borracha (8,1%), os metais comuns (5,9%) e as matérias têxteis (5,5%) que no seu conjunto representaram 59% do total exportado em 2008.

Relativamente ao principal grupo que compõe as nossas exportações para a África do Sul, máquinas e aparelhos, há que salientar que entre 2007 e 2008 este conjunto de produtos registou uma diminuição de 11,3% em termos de valores de exportações; em termos relativos manteve-se próximo de 23%.

Os produtos de madeira e cortiça, que em 2004 detinham a primeira posição com uma quota de aproximadamente 32%, ocupam actualmente a segunda posição das exportações portuguesas para o mercado sul-africano, mas têm vindo a registar quedas significativas ao longo dos anos (-10,6% em 2008 face ao ano anterior).

O terceiro grupo, constituído pelos plásticos e borracha, tem revelado uma evolução positiva em termos das exportações para a África do Sul (+9% em 2008), mas os metais comuns e as matérias têxteis registaram um decréscimo acentuado no último ano (-43,7% e -37,1%, respectivamente).

Dos restantes grupos de produtos que compõem as exportações portuguesas, cabe ainda referir os produtos alimentares (3,9% do total em 2008), combustíveis minerais (3,7%), veículos e outro material de transporte (3,1%), minerais e minérios (2,7%) e produtos agrícolas (2,7%).

Numa análise mais detalhada dos produtos que integram os grupos acima referidos, destaca-se, em 2008, as “obras em cortiça natural” (10,7% do total exportado), seguindo-se a “cortiça aglomerada” (5%), os “fios e outros condutores, isolados p/ usos eléctricos” (4,7%), outros produtos de tabaco/sucedâneos (4,7%) e óleos de petróleo ou minerais betuminosos (3,7%). Os restantes produtos apresentam um peso relativo inferior a 3%.

Tendo em conta as prioridades actuais da África do Sul, as maiores oportunidades que o país poderá oferecer para o crescimento das nossas exportações situar-se-ão naturalmente nos sectores relacionados com a energia, construção de infra-estruturas, equipamentos e outros fornecimentos industriais.

Exportações por Grupos de Produtos

(10 ³ EUR)	2004	%	2007	%	2008	%
Máquinas e aparelhos	6.926	9,9	20.011	22,8	17.753	22,9
Madeira e cortiça	22.325	31,8	14.351	16,4	12.825	16,6
Plásticos e borracha	2.910	4,2	5.737	6,5	6.251	8,1
Metais comuns	7.421	10,6	8.144	9,3	4.581	5,9
Matérias têxteis	1.251	1,8	6.782	7,7	4.267	5,5
Produtos alimentares	3.487	5,0	3.592	4,1	2.985	3,9
Combustíveis minerais	5.198	7,4	2.191	2,5	2.902	3,7
Veículos e outro material de transporte	713	1,0	2.983	3,4	2.410	3,1
Minerais e minérios	2.443	3,5	3.742	4,3	2.102	2,7
Produtos agrícolas	1.705	2,4	3.037	3,5	2.101	2,7
Produtos químicos	3.775	5,4	1.241	1,4	1.536	2,0
Vestuário	352	0,5	391	0,4	932	1,2
Calçado	382	0,5	1.102	1,3	538	0,7
Instrumentos de óptica e precisão	687	1,0	712	0,8	433	0,6
Pastas celulósicas e papel	211	0,3	275	0,3	253	0,3
Peles e couros	133	0,2	271	0,3	126	0,2
Outros produtos	10.191	14,5	9.853	11,2	7.826	10,1
Valores confidenciais			3.274	3,7	7.597	9,8
Total	70.110	100,0	87.688	100,0	77.418	100,0

Fonte: INE - Instituto Nacional de Estatística

Nota: A informação referente a 2007 e 2008 encontra-se corrigida dos valores correspondentes às operações abrangidas pelo segredo estatístico, agregando-se o respectivo montante na parcela "Valores confidenciais"

No que se refere às compras portuguesas de produtos sul-africanos, assinala-se o elevado nível de concentração em apenas dois grupos de produtos - combustíveis minerais (39,6%) e máquinas e aparelhos (22,8%) – que, em conjunto, representaram 62,4% das importações em 2008. Se considerarmos ainda os produtos agrícolas (12,2%) e os veículos e outro material de transporte (9,5%), significa que apenas quatro grupos de produtos são responsáveis por 84% das importações totais.

O grupo dos combustíveis minerais é constituído, exclusivamente, por “hulhas; briquetes, bolas e combustíveis sólidos semelhantes, obtidos da hulha”, enquanto o grupo das máquinas e aparelhos, é formado, na sua quase totalidade por “centrifugadores e aparelhos para filtrar ou depurar líquidos ou gases” (22,6% das importações totais).

Importações por Grupos de Produtos

(10 ³ EUR)	2004	%	2007	%	2008	%
Combustíveis minerais	93.407	45,7	85.995	31,7	131.745	39,6
Máquinas e aparelhos	52.446	25,7	83.706	30,8	76.036	22,8
Produtos agrícolas	29.639	14,5	33.890	12,5	40.524	12,2
Veículos e outro material de transporte	610	0,3	27.526	10,1	31.604	9,5
Metais comuns	14.059	6,9	28.354	10,4	7.921	2,4
Plásticos e borracha	905	0,4	1.299	0,5	3.669	1,1
Produtos químicos	1.971	1,0	1.982	0,7	2.787	0,8
Madeira e cortiça	2.039	1,0	856	0,3	1.578	0,5
Minerais e minérios	1.246	0,6	969	0,4	1.071	0,3
Matérias têxteis	743	0,4	795	0,3	960	0,3
Produtos alimentares	4.144	2,0	2.162	0,8	882	0,3
Peles e couros	1.437	0,7	509	0,2	693	0,2
Instrumentos de óptica e precisão	106	0,1	476	0,2	508	0,2
Pastas celulósicas e papel	75	0,0	20	0,0	95	0,0
Vestuário	40	0,0	8	0,0	45	0,0
Calçado	15	0,0	7	0,0	4	0,0
Outros produtos	1.514	0,7	561	0,2	678	0,2
Valores confidenciais			2.347	0,9	32.092	9,6
Total	204.395	100,0	271.462	100,0	332.889	100,0

Fonte: INE - Instituto Nacional de Estatística

Nota: A informação referente a 2007 e 2008 encontra-se corrigida dos valores correspondentes às operações abrangidas pelo segredo estatístico, agregando-se o respectivo montante na parcela "Valores confidenciais"

De acordo com os dados do INE, o número de empresas portuguesas que têm vindo a exportar produtos para a África do Sul aumentou de 443 em 2003, para 518 em 2007 (último ano disponível). Pelo contrário, o número de empresas portuguesas que adquiriram produtos no mercado sul-africano desceu de 433 em 2003, para 371 em 2007.

3.2. Serviços

Ao contrário da balança comercial de bens, a balança de serviços é tradicionalmente favorável a Portugal, tendo-se verificado um excedente de aproximadamente 15,3 milhões de euros em 2008. Tanto as exportações como as importações registaram um aumento continuado no período 2004-2008, traduzindo-se num crescimento médio anual na ordem dos 13% e 15,5%, respectivamente.

Os últimos dados disponíveis, relativos a 2007, indicam que os serviços que mais contribuíram para os valores alcançados pelas exportações foram os relacionados com as “viagens e turismo” (48% do total dos valores exportados), os serviços de transportes (32%), os serviços de comunicação (7%) e outros fornecidos pelas empresas (7%). Esta estrutura também já se tinha verificado em 2006, sendo apenas de realçar o aumento dos serviços de comunicação em 2007.

Balança Comercial de Serviços com a África do Sul

(10 ³ euros)	2004	2005	2006	2007	2008	Var. ^a
Exportações	37.512	41.181	46.606	53.177	61.691	13,3%
Importações	26.200	32.841	38.332	42.113	46.402	15,5%
Saldo	11.312	8.340	8.274	11.064	15.289	--
Coef. Cob.	143,2%	125,4%	121,6%	126,3%	132,9%	--
% Export. Total ^b	0,32%	0,34%	0,32%	0,31%	0,34%	--
% Import. Total ^b	0,33%	0,39%	0,40%	0,40%	0,41%	--

Fonte: INE - Banco de Portugal

Notas: (a) Média aritmética das taxas de crescimento anuais no período 2004-2008

(b) Em percentagem do total das exportações / importações globais portuguesas de serviços

É de salientar que, entre 2004 e 2008, houve uma variação média anual das receitas provenientes do turismo da África do Sul na ordem dos 3%, e que estas representam, em média, apenas 0,3% do total das receitas do turismo obtidas por Portugal.

3.3. Investimento

O investimento português na África do Sul é superior ao investimento daquele país em Portugal, que praticamente não tem expressão no total do investimento estrangeiro no nosso país. Em 2008, a África do Sul situou-se no 29º lugar da tabela dos destinos do investimento português no exterior, enquanto na qualidade de emissor de investimento para o nosso país a sua posição não foi além da 45ª.

Segundo dados do Banco de Portugal, apuramos que o investimento directo sul-africano em Portugal registou uma evolução muito irregular entre 2004 e 2008, tendo atingido um valor médio anual da ordem dos 2,6 milhões de euros (investimento bruto). Os montantes de desinvestimento foram também significativos, originando mesmo uma situação de investimento líquido negativo em 2005.

Investimento Directo da África do Sul em Portugal

(10 ³ EUR)	2004	2005	2006	2007	2008	Var. ^a
Investimento bruto	2.552	101	1.990	5.790	2.599	-478,0%
Desinvestimento	576	751	379	1.264	217	32,9
Investimento líquido	1.976	-650	1.611	4.526	2.382	--
% IDE total ^(b)	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	--
ORIGEM ^(b, c)	37 ^a	69 ^a	44 ^a	35 ^a	45 ^a	--

Fonte: Banco de Portugal (Informação disponibilizada em Março de 2009)

Notas: (a) Média aritmética das taxas de variação anuais no período 2004-2008

(b) Com base no IDE bruto

(c) Posição do mercado enquanto origem do IDE Total em Portugal

Entre 2004 e 2008, o investimento directo de Portugal na África do Sul registou um valor médio anual da ordem dos 26,1 milhões de euros, tendo alcançado o montante máximo de 75,8 milhões de euros em 2004. Durante o mesmo período, o investimento bruto registou uma taxa de crescimento médio anual negativa (-20,5%), influenciada pelos valores de 2005 e 2008.

Investimento Directo de Portugal na África do Sul

(10 ³ EUR)	2004	2005	2006	2007	2008	Var. ^a
Investimento bruto	75.752	12.776	12.825	20.463	8.440	-20,5%
Desinvestimento	24.808	1.856	1.949	935	982	-33,6%
Investimento líquido	50.944	10.920	10.876	19.528	7.459	--
% IDPE total ^(b)	0,6%	0,1%	0,1%	0,1%	0,1%	--
Destino ^(b, c)	17 ^a	29 ^a	30 ^a	30 ^a	29 ^a	--

Fonte: Banco de Portugal

Notas: (a) Média aritmética das taxas de variação anuais no período 2004-2008

(b) Com base no IDPE bruto

(c) Posição do mercado enquanto destino do IDPE Total de Portugal

Embora a conjuntura actual não seja muito favorável, a economia sul-africana continua a oferecer um vasto leque de oportunidades de negócios e de investimento, individualmente ou em parcerias, em particular em sectores como a construção civil, a energia, as telecomunicações, a banca e o tratamento de águas.

4. Relações Internacionais e Regionais

A África do Sul é membro do Banco Africano de Desenvolvimento (BAD), da União Africana (UA), da Commonwealth e da Organização das Nações Unidas (ONU) e suas agências especializadas. Integra a Organização Mundial de Comércio (OMC) desde 1 de Janeiro de 1995.

A nível regional, este país faz parte da Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral (SADC), da União Aduaneira da África Austral (SACU) e da Área Monetária Comum (CMA).

A **SADC** (instituída inicialmente como “Conferência de Coordenação para o Desenvolvimento da África Austral - SADCC”, em 1 de Abril de 1980) foi criada em 17 de Julho de 1992, com a assinatura do Tratado de Windhoek, e consiste numa organização sub-regional de integração económica dos países da África Austral. Actualmente, fazem parte da SADC 15 membros: África do Sul; Angola; Botswana; Ilhas Maurícias; Lesotho; Madagáscar; Malawi; Moçambique; Namíbia; República Democrática do Congo; Seychelles (que retomou a sua ligação); Suazilândia; Tanzânia; Zâmbia; e Zimbabwe.

A **SACU** (África do Sul, Botswana, Lesotho, Swazilândia e Namíbia) traduz-se numa união aduaneira em que as relações com países terceiros ficam submetidas a uma pauta aduaneira comum, de onde resulta uma igualdade de imposições aduaneiras (restrições à importação, direitos aduaneiros e outras taxas) em todos os países signatários.

A **CMA** (África do Sul, Lesotho e Swazilândia) tem como objectivo a liberalização da transferência de fundos entre os seus membros, o livre acesso ao mercado de capitais sul-africano e a uniformização dos controlos cambiais. As respectivas moedas trocam-se entre si ao par.

Relativamente ao **relacionamento da África do Sul com a União Europeia** este rege-se, fundamentalmente, pelo “Acordo de Comércio, Desenvolvimento e Cooperação” (ACDC), assinado em 11 de Outubro de 1999 e em vigor desde 1 de Maio de 2004 e pelo “Instrumento de Financiamento da Cooperação para o Desenvolvimento”, estabelecido pelo Regulamento (CE) n.º 1905/2006, de 18 de Dezembro, que visa eliminar a pobreza nos países, territórios e regiões em desenvolvimento (a África do Sul é país elegível).

Nos termos do ACDC, as partes comprometem-se a criar, de forma progressiva, uma Zona de Comércio Livre, durante um período de transição com duração máxima de doze anos, no que se refere à África do Sul, e de 10, no que respeita à UE a contar da data de entrada em vigor. Este Acordo abrange a livre circulação de mercadorias em todos os sectores, a liberalização do comércio e serviços e a livre circulação de capitais.

No que respeita ao “Instrumento de Financiamento da Cooperação para o Desenvolvimento”, a assistência comunitária à África do Sul dá especial atenção aos seguintes domínios de cooperação, tendo em conta a sua situação específica:

- Apoio à consolidação de uma sociedade democrática, da boa governação e do Estado de direito e contribuição para a estabilidade e a integração regionais e continentais;

- Apoio aos esforços de ajustamento que se revelarem necessários na região em virtude da criação da zona de comércio livre ao abrigo do Acordo de Comércio, Desenvolvimento e Cooperação entre a Comunidade e a África do Sul e de outros Acordos regionais;
- Apoio à luta contra a pobreza, a desigualdade e a exclusão, nomeadamente através da resposta às necessidades básicas das comunidades anteriormente desfavorecidas;
- Resposta à pandemia de VIH/SIDA e ao seu impacto na sociedade sul-africana.

Em Maio de 2007, a UE e a África do Sul acordaram na definição e implementação de um Plano de Acção para uma associação estratégica que visa intensificar o diálogo entre as partes a todos os níveis de cooperação.

5. Condições Legais de Acesso ao Mercado

5.1 Regime Geral de Importação

Na generalidade, a maioria dos produtos podem ser importados sem restrições. No entanto, a importação de certas mercadorias está sujeita a emissão de licenças, como sejam o peixe e produtos piscícolas, artigos usados, produtos petrolíferos, armas e munições e produtos químicos radioactivos (lista completa dos produtos sujeitos a licença de importação - www.dti.gov.za/goodscontrol/import.htm). Na lista dos produtos proibidos encontramos: drogas e produtos narcóticos; armas; explosivos e fogo-de-artifício; e artigos de contrafacção.

O exportador deve certificar-se, previamente ao embarque das mercadorias, que o importador obteve a seu favor a respectiva **licença de importação**, uma vez que a falta deste documento no acto de desalfandegamento implica o confisco das mercadorias, por parte das autoridades aduaneiras sul-africanas.

Consoante o tipo de produtos, as autorizações poderão ser obtidas no período de 14 dias. O **Departamento de Comércio e Indústria** (“Department of Trade and Industry”) está a desenvolver um sistema electrónico de concessão de licenças, com vista a facilitar o processo de despacho alfandegário das mercadorias, disponibilizando, para já, na sua página os respectivos formulários –

<http://www.dti.gov.za/Offerings/AppFormOfrGroup.asp?varOfferingGroupID=34>

A Pauta Aduaneira sul-africana baseia-se no Sistema Harmonizado de Designação e de Codificação de Mercadorias (SH), sendo os direitos de importação calculados, numa base “ad valorem”, sobre o valor FOB da mercadoria. Algumas tarifas aduaneiras específicas (aplicadas com base no peso, quantidade, volume ou comprimento) incidem sobre certos géneros alimentícios, bebidas e produtos têxteis. Após a adesão deste país à OMC, a estrutura tarifária foi reformulada, existindo, actualmente, seis níveis tarifários.

Na sequência do **Acordo de Comércio, Desenvolvimento e Cooperação** entre a UE e a África do Sul, que estabelece as bases para a criação de uma Zona de Comércio Livre, as mercadorias comunitárias e, como tal, os produtos portugueses, beneficiam da supressão/redução das taxas dos direitos de importação. Para que a importação possa beneficiar deste tratamento preferencial deverá ser efectuada a prova da origem dos produtos através da apresentação de um **Certificado de Circulação de Mercadorias EUR-1**.

O “South African Revenue Service” disponibiliza na sua página os formulários de índole aduaneira – <http://www.sars.gov.za/home.asp?pid=4153&tid=60&s=forms&show=1084>.

Para além dos direitos alfandegários, as mercadorias importadas neste mercado estão também sujeitas ao **Imposto sobre o Valor Acrescentado**, à taxa uniforme de **14%**, verificando-se a aplicação da taxa de 0% a determinados produtos.

Sobre alguns bens (bebidas alcoólicas, tabaco, água mineral, certos produtos petrolíferos e motores para veículos) incidem, ainda, **Impostos Especiais de Consumo**.

Os direitos aduaneiros e outras taxas aplicados na importação de cada produto podem ser consultados na página *web* «Market Access Database», da responsabilidade da União Europeia – <http://mkaccdb.eu.int/mkaccdb2/indexPubli.htm> (clicar em «Applied Tariffs Database»).

5.2 Regime Geral de Investimento Estrangeiro

O regime económico sul-africano assenta sobre os princípios da economia de mercado, da livre iniciativa e da propriedade privada dos meios de produção. Daqui decorre que nenhum sector da economia se encontra vedado ao investidor estrangeiro.

Deste modo, não é necessário, na maioria dos sectores, requerer **autorização especial** para a criação de uma empresa, podendo a mesma ser constituída na sua totalidade por capital estrangeiro.

Para certas áreas consideradas estratégicas, como sejam a banca, seguros e aviação civil, pode ser exigida autorização especial.

Também no que concerne ao financiamento, uma empresa detida ou controlada por investidores estrangeiros em mais de 50%, está sujeita a **restrições no acesso ao crédito interno**. As autoridades do país podem, contudo, adoptar uma posição mais flexível, dependendo da área em que se localize a operação de investimento.

O retorno do capital investido pode concretizar-se por via bancária, bem como por outras formas de rendimentos obtidos pelos não residentes, como sejam os juros, “royalties” e remunerações aos administradores.

Os dividendos podem ser transferidos, mas os procedimentos variam consoante o tipo de sociedades de que provenham, carecendo, em determinadas situações, de **aprovação** do Banco Central "**South African Reserve Bank**" (**SARB**).

No que toca às formalidades, as empresas deverão proceder à sua inscrição junto do Registo Comercial ("Companies and Intellectual Property Registration Office - CIPRO").

A **Agência Nacional de Promoção do Comércio e Investimento** ("Trade and Investment South Africa - TISA") é a entidade responsável pelo desenvolvimento da política de captação de investimento e de transferência de tecnologia e a coordenação das estratégias de investimento com os governos das várias províncias.

O investidor estrangeiro pode ter acesso a vários esquemas de **incentivos gerais e sectoriais**, a saber: investimento; marketing e promoção de exportações; inovação tecnológica; criação de emprego; turismo; indústria transformadora; sector automóvel; desenvolvimento regional; entre outros. Existem, ainda, incentivos sob a forma de concessão de subsídios, isenções fiscais e reembolsos.

Entre os vários programas disponíveis destaca-se o **Subsídio ao Investimento Estrangeiro** ("Foreign Investment Grant - FIG": www.thedti.gov.za/offerings/offering.asp?offeringid=130), destinado a apoiar os investidores estrangeiros com custos de deslocação e de instalação na África do Sul de nova maquinaria e equipamento proveniente do exterior.

Outro aspecto importante é o "**Black Economic Empowerment**" (www.dti.gov.za/bee/bee.htm) que visa aumentar substancialmente a participação de indivíduos de etnia negra em todos os níveis da economia. O objectivo é reavaliar os desequilíbrios do passado através da transferência, de forma substancial e equitativa, de direitos de posse, gestão e controlo proporcionado dos recursos económicos e financeiros sul-africanos para a maioria dos cidadãos. Uma empresa é considerada "Black Economic Empowered" quando, pelo menos, 25,1% do capital é detido por indivíduos de etnia negra e estes têm participação considerável na gestão da empresa.

5.3 Quadro Legal

Regime de Importação

- "*Board on Tariffs and Trade Act n.º 107*", 1986 – Define a estrutura orgânica relativa a matéria tarifária e de comércio.
- "*Import and Export Control Act n.º 43*", 1963 – Estabelece as regras relativas ao controlo das operações de exportação e importação.

Regime de Investimento Estrangeiro

- “*Competition Act*”, 1998 (com alterações posteriores, a última das quais em 2009) – Regula o quadro jurídico da concorrência (www.acts.co.za/competition_act_1998.htm).
- “*Value-Added Tax Act*”, 1991 (objecto de múltiplas alterações, a última das quais em 2009) – Estabelece o regime legal do IVA (www.acts.co.za/value_added_tax_act_1991.htm).
- “*Close Corporations Act*”, 1984 (objecto de alterações posteriores) – Visa proporcionar às PME um quadro legal simplificado (www.cipro.co.za/legislation%20forms/cc/CC%20Act%201984.pdf).
- “*Companies Act*”, 1973 (objecto de alterações posteriores) – Define as bases jurídicas que regulam a constituição, o funcionamento e a liquidação das sociedades (www.cipro.co.za/legislation%20forms/companies/Companies%20Act.pdf).
- “*Income Tax Act*”, 1962 (objecto de múltiplas actualizações, a última das quais em 2009) – Regula o Imposto sobre o Rendimento (www.acts.co.za/income_tax_act_1962.htm).

Nas páginas web “Acts Online” (www.acts.co.za) e “South African Government Information” (www.info.gov.za/documents/index.htm) encontra-se disponível um conjunto diversificado de diplomas legais sul-africanos.

Acordo Relevante

- *Resolução da Assembleia da República n.º 53/2008, de 22 de Setembro* – Aprova a Convenção para Evitar a Dupla Tributação e Prevenir a Evasão Fiscal em Matéria de Imposto sobre o Rendimento entre a África do Sul e Portugal (aguarda ratificação para entrar em vigor).

Para mais informação legislativa sobre mercados externos, consulte o Site da aicep Portugal Global em: <http://www.portugalglobal.pt/PT/Internacionalizar/SobreMercadosExternos/Paginas/SobreMercadosExternos.aspx>

6. Informações Úteis

Formalidades na Entrada

Passaporte: Exigido a todos os visitantes. Os cidadãos portugueses não necessitam de visto de entrada para uma estadia até 90 dias.

Vacinas: Não existe obrigatoriedade.

Riscos de Crédito e Caução e do Investimento Nacional no Estrangeiro

A COSEC – Companhia de Seguro de Créditos, S.A. gere, por conta do Estado português, a garantia de cobertura de riscos de crédito e caução e do investimento nacional no estrangeiro, originados por factos de natureza política, monetária e catastrófica.

No contexto das Políticas de Cobertura para Mercados de Destino das Exportações Portuguesas, apólice individual, a cobertura para o mercado da África do Sul (prioritário) é a seguinte (Maio 2009):

Curto prazo: Aberta sem condições restritivas.

Médio/Longo prazo: Garantia bancária (decisão casuística).

Indicações mais pormenorizadas sobre políticas e condições de cobertura podem ser obtidas junto da Direcção Internacional da COSEC.

Hora Local

Corresponde ao UTC mais duas horas. A África do Sul não tem hora de Verão, mantendo uniformemente a mesma hora ao longo do ano. A diferença horária em relação a Portugal é de mais duas horas no Inverno e mais uma hora no Verão.

Horários de Funcionamento

Serviços Públicos:

8h00-15h30 (segunda-feira a sexta-feira)

Bancos:

9h00-15h30m (segunda-feira a sexta-feira)

8h30m-11h00 (sábado)

Comércio:

9h00-18h00 (segunda-feira a sexta-feira)

9h00-17h00 (sábado)

10h00-17h00 (domingo e feriados)

Estes horários aplicam-se, na maioria dos casos, a estabelecimentos que operam em centros comerciais.

Feriados

1 de Janeiro - Dia de Ano Novo
21 de Março - Dia dos Direitos Humanos
27 de Abril - Dia da Liberdade
1 de Maio - Dia do Trabalhador
16 de Junho - Dia da Juventude
9 de Agosto - Dia da Mulher
24 de Setembro - Dia da Herança
16 de Dezembro - Dia da Reconciliação
25 de Dezembro - Dia de Natal
26 de Dezembro - Dia da Boa Vontade

Feriados móveis:

Sexta-feira Santa
Segunda-feira a seguir à Páscoa - Dia da Família
Os feriados no domingo transitam para segunda-feira.

Corrente Eléctrica

220/230 volts AC; em Pretória é de 250 volts AC, 50Hz.

Pesos e Medidas

É utilizado o sistema métrico.

7. Endereços Diversos

Em Portugal

aicep Portugal Global

O' Porto Bessa Leite Complex

Rua António Bessa Leite, 1430, 2.º

4150-074 Porto

Tel.: (+351) 22 605 5300 | Fax: (+351) 22 605 5399

E-mail: aicep@portugalglobal.pt | <http://www.portugalglobal.pt>

aicep Portugal Global

Av. 5 de Outubro, 101

1050-051 Lisboa

Tel.: (+351) 21 790 9500 | Fax: (+351) 21 790 9581

E-mail: aicep@portugalglobal.pt | <http://www.portugalglobal.pt>

Embaixada da África do Sul em Lisboa

Av. Luís Bivar, 10

1069-024 Lisboa

Tel.: (+351) 21 319 2200 | Fax: (+351) 21 353 5713

E-mail: embsa@embaixada-africadosul.pt | <http://www.embaixada-africadosul.pt>

Câmara de Comércio e Indústria Luso-Sul-Africana

Rua Rodrigo da Fonseca, 212 – R/c Esq.

1070-245 Lisboa

Tel.: (+351) 21 383 3090/1/2 | Fax: (+351) 21 383 3025

E-mail: ccilsa@mail.telepac.pt

COSEC – Companhia de Seguro de Créditos, SA

Direcção Internacional

Av. da República, n.º 58

1069-057 Lisboa

Tel.: (+351) 21 791 3821 | Fax: (+351) 21 791 3839

E-mail: International@cosec.pt | <http://www.cosec.pt>

Na África do Sul

Embaixada de Portugal em Pretória

POB 27102

Sunnyside 0132 – Pretoria

Tel.: 27 12 341 2340/1 | Fax: 27 12 341 3975

E-mail: portemb@satis.co.za

Consulado Geral de Portugal em Joanesburgo

POB 5092

Johannesburg 2000

Tel.: 27 11 622 0645 | Fax: 27 11 622 0658

E-mail: mail@cgjoa.dgaccp.pt

aicep Portugal Global - Joanesburgo

2nd Floor, Suite 224, Killarney Mall Office Towers
60 Riviera Road
Killarney - 2193 Johannesburg
Tel.: 27 11 486 0256 / 486 0258 | Fax: 27 11 486 0262
E-mail: aicep.joahannesburg@portugalglobal.pt

Johannesburg Chamber of Commerce & Industry – NAFCOC JCCI

Private Bag 34
Auckland Park 2006 - Johannesburg
Tel.: 27 11 726 5300 | Fax: 27 11 482 2000
E-mail: info@jcci.co.za | <http://www.jcci.co.za/>

Cape Town Regional Chamber of Commerce & Industry

POB 204
Cape Town 8000
Tel.: 27 21 402 4300 | Fax: 27 21 402 4302
E-mail: info@capechamber.co.za | <http://www.capechamber.co.za>

Durban Chamber of Commerce & Industry

POB 1506
Durban 4000
Tel.: 27 31 335 1000 | Fax: 27 31 332 1288
E-mail: chamber@durbanchamber.co.za | <http://www.durbanchamber.co.za>

Trade and Investment South Africa - TISA

POB 902
Groenkloof 0027
Tel.: 27 12 394 9500 | Fax: 27 12 394 2807
<http://www.thedti.gov.za/thedti/organisation1f.htm>

Department of Trade and Industry

Private Bag X84
Pretoria 0001
Tel.: 27 12 394 9500 | Fax: 27 12 394 9501
<http://www.dti.gov.za>

South African Bureau of Standards (Informação sobre normas sul-africanas)

Private Bag X191
Pretoria 0001
Tel.: 27 12 428 7911 | Fax: 27 12 344 1568
E-mail: info@sabs.co.za | <http://www.sabs.co.za>

South African Revenue Service – SARS (Informação fiscal e aduaneira)

Private Bag X923

Pretoria 0001

Tel.: 27 12 422 4000 | Fax: 27 12 422 5181

<http://www.sars.gov.za>

South African Tourism

Private Bag X10012

Sandton 2146

Tel.: 27 11 895 3000 | Fax: 27 11 895 3001

E-mail: info@southafrica.net | <http://www.southafrica.net>

South African Reserve Bank (Banco Central)

370 Church Street

POB 427

Pretoria 0001

Tel.: 27 12 313 3911 | Fax: 27 12 313 3197/3929

<http://www.reservebank.co.za>

8. Fontes de Informação

8.1. Informação Online **aicep** Portugal Global

Documentos Específicos sobre a África do Sul

- Título: “África do Sul – Relações Económicas com Portugal”
Edição: 04/2009
- Título: “África do Sul – Sites Seleccionados”
Edição: 03/2009
- Título: “África do Sul – Condições Legais de Acesso ao Mercado”
Edição: 05/2008
- Título: “África do Sul – O Sector da Construção Civil e Obras Públicas – Perfil do País 2006”
Edição: 11/2006

Documentos de Natureza Geral

- Título: “Aspectos a Acautelar num Processo de IDPE”
Edição: 04/2009
- Título: “Apoios Financeiros à Internacionalização – Guia Prático”
Edição: 04/2009
- Título: “Marcas e Desenhos ou Modelos – Regimes de Protecção”
Edição: 02/2009
- Título: “Acordos Bilaterais Celebrados por Portugal”
Edição: 01/2009
- Título: “Normalização e Certificação”
Edição: 11/2008
- Título: “Como Participar em Feiras nos Mercados Externos”
Edição: 08/2008
- Título: “Seguros de Créditos à Exportação”
Edição: 06/2008
- Título: “Seguro de Investimento Directo Português no Estrangeiro”
Edição: 06/2008
- Título: “Guia do Exportador”
Edição: 02/2008
- Título: “Dupla Tributação Internacional”
Edição: 12/2004
- Título: “A Internacionalização das Marcas Portuguesas através do Franchising”
Edição: 11/2004
- Título: “Pagamentos Internacionais”
Edição: 06/2004

A Informação On-line pode ser consultada no Site da aicep Portugal Global, na Livraria Digital em –
<http://www.portugalglobal.pt/PT/Biblioteca/Paginas/Homepage.aspx>

8.2. Endereços de Internet

- Acts On-line – South African Legislation – www.acts.co.za
- ANANZI (Motor de Busca) – www.ananzi.co.za
- Companies and Intellectual Property Registration Office – www.cipro.co.za
- Competition Commission – www.compcom.co.za
- Customs Tariff Online – www.customstariff.co.za
- Department of Agriculture – www.doa.agric.za/
- Department of Trade and Industry – www.dti.gov.za
- Exhibition Association of Southern Africa – www.exsa.co.za
- Government Communication and Information System – www.gcis.gov.za
- National Treasury – www.finance.gov.za
- South Africa – The Official Gateway – www.safrika.info
- South African Government Portal – www.gov.za
- Statistics South Africa – www.statssa.gov.za
- South African Revenue Service – www.sars.gov.za